

# EAD E O PROCESSO DE COOPERAÇÃO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – Brasil e Portugal

Inajara de Salles Viana Neves\*  
João Carlos Relvão Caetano\*\*

## RESUMO

*O foco deste estudo é discutir sobre os processos evolutivos e que valorizam a perspectiva do princípio educativo com a finalidade de compreender o que seja, de fato, cooperação e o processo de internacionalização do ensino superior, considerando que a modalidade EaD<sup>1</sup> possa se constituir como elemento agregador dos países Brasil e Portugal. Desse modo, foram expostas algumas questões sobre o Ensino Superior no Brasil e, também, os desafios encontrados no que diz respeito à internacionalização com o intuito de discutir em que medida este processo, de fato, pode se constituir como uma prática de cooperação e compartilhamento de saberes. Além disso, discute-se sobre qual é a real intencionalidade na operacionalização do processo de internacionalização do ensino*

53

---

\* Pedagoga/UFMG e Pedagoga Empresarial/CEPEMG. Mestre em Educação, Administração e Comunicação UNIMARCO/SP. Doutora em Educação/UFMG. Pós-doutora pela Universidade Aberta de Portugal (UAb). Professora do Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE) do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). inasalles2@gmail.com

\*\* Licenciado em Direito. Mestre em Economia Europeia pela Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Aberta (2007). Foi membro do Conselho de Administração da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, com sede em Viena. Presidente da Associação Portuguesa de Editoras de Ensino Superior. Professor. Pesquisador e Pró-Reitor para assuntos Jurídicos da Universidade Aberta de Portugal (UAb). relvaocaetano@gmail.com

1 A EaD (Educação a Distância) é um modelo educativo que pode ser organizado de modo a possibilitar ao aluno fazer a reconstrução do conhecimento através de sua própria experiência. Ela acontece mediante a separação física entre os atores do processo de aprendizagem (professor e aluno), porém estabelecendo uma relação de comunicação e aprendizagem multidirecional. (MENEZES. Educação a Distância. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000. p. 118).-

*superior no mundo e em que medida esse conceito se aplica ao ensino superior que, historicamente, foi pensado para classes sociais favorecidas. Hoje em dia há intermediação de diferentes instituições e nações articuladas com o objetivo de proporcionar o acesso a uma grande parte de pessoas que nem sempre foram contempladas com tal direito.*

**Palavras-chave:** *Educação a Distância. Cooperação e Internacionalização. Ensino Superior.*

## **EAD Y EL PROCESO DE COOPERACIÓN EN LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR – Brasil y Portugal**

### **RESUMEN**

54

*El objetivo de este estudio fue el de discutir sobre los procesos evolutivos y que valorizan la perspectiva del principio educativo con la finalidad de comprender lo que es, de hecho, cooperación y el proceso de internacionalización de la enseñanza superior, teniendo en cuenta que la modalidad de **educación a distancia** pueda constituirse como un factor aglutinador de los países Brasil y Portugal. En este sentido, fueron expuestas algunas preguntas sobre la Enseñanza Superior en Brasil y, también, los desafíos encontrados a respecto de la Internacionalización con el objetivo de analizar en qué medida este proceso, de hecho, puede constituirse como una práctica de cooperación y intercambio de conocimiento. Además, se discute sobre cuál es la verdadera intención en la operación del proceso de internacionalización de la enseñanza superior en el mundo y en qué medida este concepto se aplica a la educación superior que, históricamente, fue pensado para clases sociales favorecidas, siendo que hoy hay intermediación de las diferentes instituciones y naciones articuladas con el fin de facilitar*

*el acceso a una gran parte de las personas que no siempre se han beneficiado de ese derecho.*

**Palabras clave:** *Educación a Distancia. Cooperación e Internacionalización. Enseñanza Superior.*

## **DISTANCE EDUCATION AND INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION COOPERATION PROCESS – Brazil and Portugal**

### **ABSTRACT**

*This study aims at discussing the developmental process that highlights the perspective of the educational principle in order to actually understand what cooperation is and the process of higher education internationalization, considering that Distance Education modality might act as a synthesizing element to Brazil and Portugal. Therefore, some issues on higher education in Brazil were raised as well as the challenges of internationalization in order to discuss how this process can actually act as a cooperation practice and knowledge sharing between the two countries. Moreover, it is discussed the real intention of the higher education internationalization process in the world and how this concept applies to higher education that historically was intended to upper classes. Nowadays different institutions and nations intercede and are connected to provide access to this type of education to a greater number of people that were left out of this right.*

55

**Keywords:** *Distance Education. Cooperation and Internationalization. Higher Education.*

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo central analisar a EaD no Brasil e em Portugal, destacando-a como elemento agregador para a consolidação do processo de *cooperação na internacionalização do ensino superior*. Para tanto, foram apresentadas algumas considerações sobre o ensino superior no Brasil numa perspectiva dos desafios da internacionalização com o intuito de discutir em que medida este processo, de fato, pode se constituir como um processo de cooperação e compartilhamento de saberes.

Posteriormente, discute-se a EaD no Brasil e em Portugal com base no termo proposto: *Cooperação na internacionalização do ensino superior*. Após a conceituação, foi indispensável questionar quais os sujeitos que, de fato, se beneficiam com a perspectiva da internacionalização do ensino superior; pois, um aspecto que precisou ser problematizado foi a possibilidade de que o processo de *cooperação na internacionalização do ensino superior* tenha como intuito atender a uma elite intelectual ou a um público específico.

56

Nas considerações possíveis, a palavra possível no lugar de finais reafirma como são imperativos estudos mais aprofundados sobre esta temática com o intuito de compreender o contexto do ensino superior, que, historicamente, foi pensado para classes sociais favorecidas, considerando que hoje há intermediação de diferentes instituições e nações articuladas com objetivo de proporcionar o acesso a uma grande parte de pessoas que nem sempre foram contempladas com tal direito.

## 2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: desafios da internacionalização

No Brasil a institucionalização das universidades não se deu como uma demanda da sociedade. As elites preocupavam-se com esse

segmento do ensino no país. No decorrer do século XX, houve uma significativa expansão das universidades públicas, consideradas universidades referenciadas no país, atendendo ao tripé que garante autonomia a essas instituições: o ensino, a pesquisa e a extensão. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB) reafirmam a necessidade de o ensino e a pesquisa serem eixos articuladores das universidades.

A atuação do Estado, no que diz respeito às responsabilidades com ensino superior por um grande período de tempo, esteve com a atribuição de financiar e coordenar as políticas públicas, não lhe cabendo executá-las. Assim, delegou à “iniciativa privada a responsabilidade de diminuir as mazelas provocadas pelo mercado”. (BRASIL, 1995a, p. 24). No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) foi o período de menor investimento financeiro nas universidades públicas brasileiras, com grandes processos de privatizações no país e praticamente não houve incentivo à pesquisa, à carreira docente e à ampliação de vagas, foi um período de sucateamento do ensino superior público no país.

57

A partir do governo Lula, 2003 a 2006 e 2007 a 2010, foram introduzidas várias políticas educacionais inclusivas, dentre elas, uma de maior destaque refere-se ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), que foi uma das ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social.

Debater sobre o processo de internacionalização remete a discorrer sobre alguns princípios que tenham sido discutidos desde o final do século XX. No encontro denominado Conferência Mundial sobre Educação Superior, que aconteceu em 1998 em Paris e no qual

participaram 130 Ministros da Educação e mais de 4.000 interessados, foi elaborada a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o século XXI. A Declaração apontou os principais objetivos para os cinco anos seguintes: a ampliação do acesso com base no mérito; a modernização de sistemas e instituições; o fortalecimento da relevância social; e a criação de melhores vínculos entre a educação superior e o mundo do trabalho. Sabe-se que tais desígnios não foram ainda contemplados e, desse modo, é urgente uma reflexão referente à forma como o processo de internacionalização tem sido pensado e para atender a que tipo de público da sociedade.

58

Para tanto, entende-se que não basta a intencionalidade e o apontamento nos documentos resultantes dos encontros das diferentes nações, é necessário compreender o contexto global e local de cada país para que seja possível a efetivação de tal processo. Altbach (2004) citado por Souza (2008) afirma que tais circunstâncias são oportunidades para o progresso da sociedade do conhecimento<sup>2</sup>. Entretanto, há uma tendência ao aumento da desigualdade entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento, levando à possibilidade de possível precarização do ensino pela liberação do comércio dos serviços educacionais.

Não está em debate concordar ou não com a internacionalização do ensino superior. A questão não está posta para ser ou não aceita. Na realidade, é imperioso, neste momento, analisar as diferentes

---

2 Esse termo tem sido empregado para designar um tipo de estado social, onde as relações habituais das pessoas dependeriam essencialmente do acesso e utilização do conhecimento sistematizado. Acredita-se que nessa sociedade as pessoas teriam maiores oportunidades de acesso ao conhecimento e uma maior demanda de sua utilização em todos os níveis. Isso seria resultado de intensa transformação no modo de viver, ocasionado pelas inovações nas tecnologias da informação e comunicação. (MARÇAL, J. Sociedade do Conhecimento. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000. p. 315).

possibilidades e em que medida pode-se pensar na internacionalização como processo de cooperação e compartilhamento de saberes.

### **3 IES PÚBLICAS DO BRASIL E DE PORTUGAL: internacionalização e cooperação**

Conforme mencionado, entende-se que o debate sobre internacionalização é amplo e exige merecido destaque. Pensar sobre tais questões remete à necessidade da compreensão do que seja *cooperação* em sentido amplo e em que medida esse conceito se aplica ao ensino superior, que, historicamente, foi pensado para classes sociais favorecidas. Hoje, contudo, há intermediação de diferentes instituições e nações articuladas com objetivo de proporcionar o acesso a uma grande parte de pessoas que nem sempre foram contempladas com tal direito.

Dessa forma, cooperar prescinde de uma reorganização das dimensões pedagógicas, administrativas e estruturais das instituições de ensino superior. Assim, entende-se que o termo *cooperação acadêmica internacional* (SEBASTIÁN, 2004) seja adequado, conforme a seguir:

Conjunto de actividades realizadas entre o por instituciones de educación superior que, a través de múltiples modalidades, implica una asociación y colaboración en los ámbitos de la política y gestión institucional, la formación, la investigación, la extensión y la vinculación con los objetivos del fortalecimiento y la proyección institucional la mejora de la calidad de la docencia, el aumento y la transferencia del conocimiento científico y tecnológico, y la contribución a la cooperación para el desarrollo. (SEBASTIÁN, 2004, p.20).

Grande parte dos elementos mencionados por Sebastián (2004), como políticas educacionais pensadas especificamente para qualidade do ensino, incentivo à pesquisa e extensão, preceitos voltados para gestão do conhecimento científico e tecnológico, são

fatores que envolvem a articulação das instituições com a sociedade, órgãos de fomento, atendimento aos indicadores de qualidade das avaliações externas, investimento em formação docente e técnica, infraestrutura, enfim, muitas são as questões envolvidas que se relacionam diretamente com fatores políticos de cada nação e, mais ainda, determinadas pelas questões econômicas. Portanto, prescinde de uma retomada na noção de globalização e ou mundialização com intento de compreender de que modo a cooperação e a internacionalização se configuram em um contexto demarcado historicamente e que abstrai de intencionalidades conjuntas para que seja possível a sua consolidação.

Marginson e Rhoades (2002) conceituam *Internacionalização* como a globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação. Estes autores conceituam também *Capitalismo acadêmico*, que identifica uma tendência global de privatização na educação superior, com todas as características inerentes, inclusive com destaque ao lucro. (MOROSINI, 2006, p. 116).

60

A relação entre internacionalização e globalização, de acordo com Knight, está pautada nas mudanças da sociedade atual, uma vez que a "Internationalization is changing the world off higher education, and globalization is changing the world of internationalization". (KNIGHT, 2004, p. 5). A afinidade dos termos globalização e internacionalização é destacada por Altbach (2004), sendo a primeira uma realidade do século XXI e influenciada pelas demandas da economia mundial associada às tecnologias digitais da informação e comunicação e também pela organização do conhecimento em rede global. A internacionalização, por sua vez, está estruturada por políticas delineadas pelas universidades e implantadas pelo Estado amplo para atender à globalização. Nesse contexto, é necessário entender a cooperação acadêmica com base nos elementos fundantes de

uma sociedade e pensar sobre a forma como o conhecimento é valorizado e torna-se, a cada dia, artefato de maior competitividade, influenciando diretamente os aspectos políticos, econômicos e sociais. Portanto, entende-se que a educação é um bem público e, neste caso, não deve ser materializada como forma de mercadoria nem pensada na lógica do capitalismo acadêmico.

#### **4 EAD BRASIL E PORTUGAL: Cooperação na internacionalização do ensino superior**

A EaD, tanto no Brasil como em Portugal, pode se configurar como uma modalidade facilitadora da internacionalização do ensino superior. Entretanto, é imprescindível analisar criticamente este processo, pois os embates econômicos, políticos, sociais, culturais são uma realidade e, mesmo diante do compartilhamento de informações e fortalecimento da comunicação, entende-se que o conhecimento é elemento central no que diz respeito aos aspectos relacionados aos desafios da sociedade atual. Diante desse cenário, destaca-se, neste trabalho, a EaD como um processo educativo<sup>3</sup> que pode favorecer a consolidação dos elementos referentes à internacionalização. Assim, “o princípio da EaD, é antes de tudo a

61

---

3 É o processo pelo qual as informações e os conhecimentos são adquiridos e as habilidades, atitudes e valores são desenvolvidos pelos indivíduos a partir do seu contato com a realidade, com o meio ambiente e com outras pessoas. No processo educativo, a problematização e o conhecimento são reconstruídos. (MARÇAL, J. Processo Educativo. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000. p. 260).

educação<sup>4</sup>, e não a distância, pois essa é apenas uma forma para se trabalhar o conhecimento.” (NEVES, 2011, p. 109). E que, em certa medida, seja uma possibilidade de contribuir para o processo de formação *humanista* no sentido estrito da palavra, um dos objetivos centrais do conceito de educação.

Considerando o que está proposto no documento Programas de Mobilidade Acadêmica 2012 (ANDIFES) e a necessidade do cumprimento das diversas ações para que as universidades federais públicas do Brasil consigam se aproximar da concretização das demandas referentes ao processo de internacionalização, remete a pensar na urgência de reorganizar as ações em desenvolvimento em relação ao planejamento a ampliação e o atendimento a um número cada vez maior de pessoas, com intuito de alcançar as metas de inclusão dos jovens na educação superior, de acordo com o que está estabelecido no Plano Nacional de Educação 2011/2020.

62

Além disso, é emergente a construção de regulamentos específicos para a EaD relativos a políticas de iniciação científica, extensão, permanência e sucesso, pois os aspectos normativos são tão importantes no âmbito nacional como para uma perspectiva internacional, e, conjuntamente a isso, o investimento em recursos tecnológicos, a exemplo da ampliação da banda larga de internet no

---

4 Etimologicamente, o termo educação (do latim *educatio*, *educare*) tem dois significados. Significa nutrir e alimentar algo. Significa, também, fazer esse algo sair (pra fora de si). É um fenômeno humano. Refere-se ao conjunto das influências do meio sócio-histórico sobre os indivíduos, que nos levam a adquirir ou fazer sair de si as características próprias do ser humano (atividade, sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade), diferenciando-os dos animais. [...] A educação cobre toda a existência humana, tem motivações diversas, assume diferentes formas, passa por uma tensão particularmente sensível entre as finalidades humanistas (desenvolvimento do ser humano na sua integralidade) e utilitaristas (em resposta a uma necessidade prática: econômica, cívica, religiosa, política, etc.). À primeira finalidade, fala-se de uma educação desinteressada em contraposição à interessada, essa com fins pragmáticos. (EVANGELISTA, MACHADO. Educação. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000. p. 118).

Brasil como um todo. Para tanto, é preciso mais que intencionalidade no que diz respeito aos avanços relativos à EaD para que seja possível a legitimidade por parte de toda a sociedade acadêmica a fim de que esta modalidade se consolide como um elemento agregador no processo de expansão e universalização no país. Os indicadores relativos ao ensino superior no mundo apresentam projeções referentes às próximas décadas com número significativo de aumento ao acesso ao ensino superior, conforme a seguir:

O contexto internacional é sobretudo influenciado pelo fenômeno da massificação do ensino superior e pelo consequente crescimento exponencial do número de estudantes que nos últimos anos têm acedido ao ensino superior. Esse crescimento é confirmado com as projeções de crescimento para o futuro próximo. No virar do século, havia cerca de 99,4 milhões de estudantes no ensino superior em todo o mundo. As projeções da OCDE<sup>5</sup>, para o ano de 2030, apontam para cerca de 415 milhões de estudantes e, em 2035, para 520 milhões de estudantes, ou seja, um aumento superior a quatro vezes no espaço de uma geração. (PORTUGAL, 2014, p.30).

63

A projeção representa a necessidade urgente de políticas específicas para o ensino superior, em especial pelo número significativo de pessoas que estão ingressando e o enorme contingente previsto para o futuro. Portanto, pode-se aludir que a EaD representa um campo do ensino superior representativo para o alcance do que está por vir. Entretanto, a política educacional que irá permear a institucionalização da EaD como um processo de viabilização do processo de internacionalização não poderá ser delineada como uma estratégia de massificação do ensino, e sim numa perspectiva de possibilitar seu acesso, considerando o contexto, a realidade social,

---

5 OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

econômica e cultural das pessoas que serão beneficiadas por esse processo.

De acordo com Dias (2012), foi realizado, no que diz respeito a estratégias de cooperação fundamentadas na transferência de padrões, conforme o acontecido na África com os antigos sistemas coloniais, recordando ainda a situação da América Latina com uma perspectiva de modernização, que, muitas vezes, ocasionou a adoção de crenças e valores estrangeiros, bem como a não valorização das culturas e filosofias nacionais e locais. No que diz respeito aos processos em andamento na Europa relativo à internacionalização, o autor faz algumas considerações:

A Europa que se busca construir com o processo de Bolonha não é a Europa dos cidadãos, é a Europa das grandes empresas e da competição. Busca-se basear os currículos na aquisição de competências que respondam ao mercado de trabalho atual. Busca-se formar economistas e dirigentes de empresas do tipo dos que provocaram a crise econômica e financeira atual. Não se fala mais *em cooperação solidária*. O que conta é a venda de produtos educacionais. Fez-se silêncio sobre a pertinência e a qualidade, e a base para os sistemas de avaliação e de creditação são as boas práticas dos países reunidos em torno da Convenção de Lisboa de 1997, que trata do reconhecimento de estudos e diplomas dos países europeus, Estados Unidos, Canadá, Israel e Austrália, que aumentam assim o potencial de venda de seus produtos educativos. Apresentam-se essas medidas como inovação. É falso. Nada há de mais antigo do que um sistema neocolonial. (DIAS, 2012, p. 59).

64

As questões apresentadas pelo autor remetem a se pensar que concepção de *cooperação* interessa destacar neste trabalho. Destaca-se aqui que é imprescindível refletir sobre quais os sujeitos que, de fato, se beneficiam com a perspectiva da internacionalização do

ensino superior. Conforme mencionado, não se admite a possibilidade de uma perspectiva de *cooperação na internacionalização do ensino superior* que valorize a uma elite intelectual ou a um público específico. É necessário pensar em processos evolutivos e que valorizem a perspectiva do princípio educativo e da *cidadania*<sup>6</sup>, ou seja, que de fato haja possibilidades de promoção do reconhecimento da dignidade, participação e representação e benefício comum de direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais para a maioria das pessoas. Convergir tais intenções deve ocorrer com objetivo de um mundo comum, que não pode ser privatizado por indivíduos ou corporações. Neste caso, as universidades não podem e não devem ser pensadas como corporações que atendam ao interesse de alguns, promovendo a transformação no âmbito de pequenos grupos.

Diante disso, propõe-se o termo *cooperação na internacionalização do ensino superior* como o conjunto de intenções desenvolvidas e legitimadas pelas políticas governamentais, atendendo às demandas sociais dos países envolvidos, englobando, ainda, aspectos relacionados às políticas educacionais da instituição, voltados para o ensino, pesquisa e extensão, com vistas à melhoria na excelência acadêmica. No que diz respeito aos critérios para transferência de

65

---

6 O entendimento contemporâneo da cidadania exige considerar-se que o jurídico é apenas um dos seus termos constituintes, devendo ser lembradas igualmente a moral e a política. Individualmente considerados, cada um desses termos é insuficiente para se explicar a emergência da cidadania. Seu sucesso como projeto histórico procede da confluência das lutas pelo reconhecimento e pela dignidade, pela participação e representação livres e igualitárias e pelo usufruto comum de direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Tal convergência deve se dar em torno da experiência de um mundo comum, que não pode ser privatizado por indivíduos ou corporações. Esse entendimento é particularmente importante ao se considerar a invenção da cidadania democrática, que oscila permanentemente entre as ambivalências da vida social – os interesses individuais e os coletivos, as ordens instituídas e as instituintes, os espaços global e local. (MARTINS, P. H. Cidadania. In: CATTANI, A. D; LAVILLE, J; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina/AS, 2009. p. 59).

conhecimento científico e tecnológico, eles devem ser coerentes com as questões éticas e humanistas que são imprescindíveis ao processo educativo. Abarcar a complexidade que envolve o processo de internacionalização é um desafio que envolve intencionalidades e a EaD deve e pode ser analisada como um componente de viabilização e fortalecimento de tal processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Sabe-se da emergência na elaboração de estratégias efetivas no processo de cooperação entre as instituições de ensino superior dos países mencionados. Destaca-se aqui a *cooperação* como artefato unificador e agregador do fortalecimento de toda dinâmica que envolve o meio acadêmico. Muitos são os embates políticos, culturais, econômicos e sociais que interferem diretamente no âmbito pedagógico, administrativo e dos recursos humanos das instituições de ensino superior. Portanto, a *cooperação*, em nível local, das universidades poderá, com toda certeza, favorecer os processos de enfrentamento dos desafios existentes no que diz respeito à *internacionalização do ensino superior*.

66

Entende-se que é nos momentos de *crise* que as possibilidades podem emergir; e, neste caso, ambos os países, tanto Brasil como Portugal, passam por situações de dificuldade nos âmbitos econômico, social, cultural e político. Nessa realidade, a palavra *crise* pode ser entendida na seguinte perspectiva: “*Krisis* queria dizer «decisão, julgamento», pois deriva do verbo *Krinein*, «julgar, pensar», étimo presente também no adjetivo *Kritikos*, «aquele que julga ou pensa», que deu crítico, designando justamente aquele que tem a capacidade de pensar, ou pelo menos deveria ter.” (BRAGA FALCÃO, 2014, p. 181). É exatamente nesta expectativa do pensar por parte dos órgãos políticos do Brasil e Portugal, dos gestores e de toda comunidade acadêmica, que devem insurgir diretrizes

condizentes com as demandas específicas dos dois países, para que sejam possíveis ações condizentes com intencionalidades coletivas que proporcionem o real interesse do princípio educativo.

Para o momento, o que é possível no que diz respeito ao que foi discutido é a necessidade de se pensar estrategicamente com planejamento condizente com as diferenças e representações sociais do Brasil e Portugal no contexto global, considerando o que foi proposto com o termo *cooperação na internacionalização do ensino superior* como o conjunto de intenções desenvolvidas e legitimadas pelas políticas governamentais, atendendo às demandas sociais dos países envolvidos. Englobando, ainda, aspectos relacionados às políticas educacionais da instituição, voltados para o ensino, pesquisa e extensão, com vistas à melhoria na excelência acadêmica. No que tange aos critérios para transferência de conhecimento científico e tecnológico, eles devem ser coerentes com as questões éticas e humanistas que são imprescindíveis ao processo educativo.

67

Abarcar a complexidade que envolve o processo de internacionalização é um desafio que envolve intencionalidades e a EaD deve e pode ser analisada como um componente de viabilização e fortalecimento de tal processo. Espera-se que, para além da perspectiva da *cooperação e internacionalização* que tem sido culturalmente projetada, seja possível pensar propostas de EaD que, em ambos os países, solidifiquem práticas que ultrapassem as esferas econômicas de solução imediata aos problemas que atendam somente ao mercado ou aos indicadores dos organismos internacionais. Que seja possível uma educação, na acepção estrita da palavra, que contemple articulações, a fim de proporcionar uma real aproximação das culturas, saberes, aprendizagens e possibilidades de transformação social.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and management**, v. 10, n. 1, p. 3 – 25, 2004.

BRAGA FALCÃO, P. **Palavras que falam por nós**. Ed. 1. Lisboa: Clube do Autor, 2014.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995a. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRASIL. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan.2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

68

BRASIL. **Projeto de Lei n. 8035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. MEC. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CAETANO, J. C. R. Consórcios no ensino superior: iniciativas em curso. In: ATAS DO SEMINÁRIO ASSOCIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: Políticas e Práticas. Lisboa, 2013.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/>>

dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Inovações na educação superior: tendências mundiais. In: SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. p. 59.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

KNIGHT, J. Internationalization Remodelled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, Sage Publications, v. 8, n.1, p. 5-31, 2004.

MOROSINI, M. C. O estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28. Editora UFPR, jul./dez., 2006.

NEVES, I. S. V. **Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância**. 2011. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA- UNESCO. **Internacionalização da Educação Superior tendências e desenvolvimentos desde 1998**. Educação Superior: reformas, mudanças e internacionalização. Brasília: Unesco Brasil, SESu, 2003.

PORTUGAL. **Uma estratégia para a internacionalização do ensino superior português**. Fundamentação e Recomendações. Relatório do Grupo de Trabalho MADR/MEC - Lisboa, maio 2014.

SEBASTIÁN, Jesus. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SOUZA, E. P. de. **Mapeando os Caminhos da Internacionalização do Ensino Superior do Brasil**. 2008.

233f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.

Recebido: 02/09/2015

Aprovado: 28/09/2015